

Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros

Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa 2021

Ano-base 2020

SUMÁRIO

1.	INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS	5
2.	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	5
3.	POLÍTICAS PÚBLICAS	6
3.1.	Metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam aos objetivos de Políticas Públicas	7
3.2.	Recursos para custeio das Políticas Públicas	7
3.3.	Impactos econômico-financeiros da operacionalização das Políticas Públicas	7
3.3.1.	Desempenho Econômico-Financeiro	7
3.3.2.	Desempenho dos Negócios	7
3.3.3.	Estrutura de Custos	7
3.3.4.	Responsabilidade Social	8
4.	ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS	8
5.	FATORES DE RISCOS	9
6.	DADOS ECONÔMICOS-FINANCEIROS	9
6.1.	Comentários sobre o desempenho operacional	10
7.	POLÍTICAS E PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA	10
7.1.	Estrutura Administrativa	11
7.2.	Política de Remuneração dos Administradores	12
8.	OUTRAS INFORMAÇÕES	14
8.1.	Composição Acionária	14

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em 2020, implementamos ações alinhadas às diretrizes do Planejamento Estratégico, o que permitiu alcançarmos nosso melhor resultado, superando os bons indicadores do ano anterior. Este desempenho é fruto do comprometimento e do empenho de funcionários e colaboradores e da confiança de parceiros, de clientes e da sociedade.

Os resultados, além de corresponderem às expectativas dos acionistas, possibilitaram a reabilitação de milhares de pessoas. A oferta de melhores alternativas para solução de dívidas pode viabilizar o retorno dessas pessoas ao mercado de crédito, resgatando cidadania financeira.

Em 2020, por meio do pagamento de mais de R\$ 200 MM na forma de impostos e contribuições, contribuímos para a sociedade, ainda que indiretamente.

No ano de 2021, manteremos nossos esforços na ampliação do volume de negócios, com aquisição de novas carteiras; ampliação dos canais de atendimento, com ênfase em soluções digitais. Daremos foco no processo de negociação, buscando uma melhor experiência nas interações com clientes e continuaremos a aperfeiçoar nosso modelo de cobrança com a utilização de dados comportamentais, na transformação digital e na eficiência operacional.

Ronaldo Simon Ferreira
Presidente do Conselho de Administração

Gerson Wlaudimir Falcucci
Diretor Presidente da Ativos S.A.

Considerando o artigo 8º, incisos I e VIII, da Lei n.º 13.303/2016; assim como o artigo 13, incisos I e VIII, do Decreto n.º 8.945/2016, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual sobre Políticas Públicas e Governança Corporativa (“Carta Anual”) da Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros referente ao exercício social de 2020.

IDENTIFICAÇÃO GERAL

CNPJ	05.437.257/0001-29	NIRE	53.3.000.0700-4
Sede	Brasília-DF		
Tipo de estatal	Subsidiária de Sociedade de Economia Mista		
Acionista controlador	BB Cayman Islands Holding		
Tipo societário	Sociedade Anônima		
Tipo de capital	Fechado		
Abrangência de atuação	Nacional		
Setor de atuação	Securitização de Créditos		
Diretor-Presidente	Gerson Wlaudimir Falcucci (61) 3424-5900 ativossa@ativossa.com.br ou presi@ativossa.com.br		
Auditores Independentes no ano-base (2020)	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Responsável Técnico: Luiz Carlos Oseliero Filho E-mail: luizoseliero@deloitte.com Telefone: (11) 5186-1000		
Conselheiros de Administração subscritores da Carta Anual	Ronaldo Simon Ferreira (CPF 117.685.018-07) Daniel Alves Maria (CPF 087.747.768-00) André de Souza Monteiro (CPF 981.045437-68) Álvaro Schwerz Tosetto (CPF 440.547.500-87) Bruno Silva Dalcolmo (CPF 083.953.547-38) José Alípio dos Santos (CPF 877.391.608-06) Paulo César Simplício da Silva (CPF 497.415.437-00)		
Administradores subscritores da Carta Anual	Gerson Wlaudimir Falcucci (CPF 697.952.826-20) Diretor-Presidente Aldércio André Lago (CPF 450.518.870-15) Diretor Daison Zuhlsdorff Siefert (CPF 520.827.330-68) Diretor Daniel Reginatto Brum (CPF 956.331.460-34) Diretor		
Data de divulgação	Maio/2021		

POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Lei n.º 13.303/2016, em seu artigo 8º, incisos I, III e VIII, determina a explicitação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas pela sociedade de economia mista e por suas subsidiárias, em atendimento ao interesse coletivo que justificou a autorização para a sua criação, com definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, bem como a divulgação de informações relevantes, em especial as relativas às atividades desenvolvidas, à estrutura de controle, aos fatores de risco, aos dados econômico-financeiros, aos comentários dos administradores sobre o desempenho, às políticas e práticas de governança corporativa e à descrição da composição e da remuneração da administração.

As referidas informações estão detalhadas a seguir.

1. INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS

Fundada em 2002, com base na Resolução CMN n.º 2.686/2000, a Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros (Ativos S.A. ou Companhia), “tem por objeto a aquisição de créditos oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimentos, sociedades de créditos imobiliários, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades de créditos, financiamento e investimento, associações de poupança e empréstimo, caixas econômicas e companhias hipotecárias, realizando a gestão dos respectivos créditos e podendo, ainda, participar de outras sociedades”.

Atuamos com eficiência na cobrança de créditos, observando as relações jurídicas e éticas na condução de suas atividades, garantindo adequada remuneração dos capitais investidos pelos acionistas. Contribuímos para a economia promovendo a reinclusão social de milhares de pessoas no mercado financeiro ao viabilizar condições de regularização de suas dívidas e retomar a participação no mercado financeiro ao resgatar sua cidadania financeira.

2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A Ativos S.A. é uma subsidiária integral e indireta do Banco Brasil (Controlador), com sede em Brasília, que opera no mercado de créditos não performados (*NPL Non Performing Loan*) de instituições financeiras brasileiras. Nesse contexto, já adquirimos créditos NPL das principais instituições financeiras do país, com foco no segmento de varejo, em operações sem garantia.

Encerramos o ano de 2020 com crescimento no mercado de atuação, realizando negociações com outras instituições, além do Banco do Brasil.

Somos reconhecidos pela qualidade dos serviços e pela abrangência dos negócios a nível nacional e nosso know-how traduz-se na gestão eficaz da recuperação de créditos adquiridos com estrutura de custos (pessoal e infraestrutura) enxuta, agilidade na tomada de decisão e especialização no desenvolvimento de estratégias de cobrança e gestão de canais de atendimento para o nicho de mercado em que atuamos.

Na condição de importante player do mercado de securitização, buscamos impulsionar a economia atuando na recuperação de créditos inadimplidos. Estabelecemos parcerias que assegurem os mesmos valores de integridade, idoneidade e respeito à comunidade e ao meio ambiente.

Por meio de prestadores de serviço de cobrança e de advocacia, além de outras empresas de *back office*, realizamos a gestão da cobrança dos créditos adquiridos.

Em 2011, criamos a Subsidiária integral Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito (Ativos Gestão), cujo objeto consiste na “prestação de serviços de gestão de cobrança extrajudicial e recuperação de créditos de qualquer natureza”.

A Ativos Gestão não possui estrutura própria e suas atividades são conduzidas integralmente pela estrutura administrativa da Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros (Acionista), ressarcindo-a pelas despesas correspondentes.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS

Enquanto Subsidiária integral e indireta do Banco do Brasil, alinhamos nossa atuação às políticas e premissas do Controlador e, conseqüentemente, ao interesse público por ele perseguido como agente executor de políticas públicas governamentais.

As atividades desenvolvidas pela Ativos S.A. e sua subsidiária viabilizam o exercício das funções de relevante interesse coletivo previstas no Estatuto Social do Banco Brasil.

O Banco do Brasil, acionista controlador da Ativos S.A., é um importante agente do desenvolvimento econômico e social para o Brasil, que busca, através do seu objeto social, impulsionar a economia e o crescimento do país, atuando em apoio à administração pública na promoção de melhoria nos mais diversos setores. Os negócios do BB podem ser agrupados em seis segmentos: (i) Bancário; (ii) de Investimentos; (iii) de Gestão de Recursos; (iv) de Seguros, Previdência e Capitalização; (v) de Meios de Pagamento; e (vi) Outros Segmentos.

Nesse contexto, o interesse público subjacente às atividades da Ativos S.A., em consonância com a permissão contida no art. 1º da Lei 11.908/2009, consiste em possibilitar ao Banco do Brasil a recuperação do crédito, ao ensejar a possibilidade de renegociação das dívidas sob sua gestão em condições diferenciadas (taxas, prazos, parcelamentos e descontos), em diversos canais de atendimento (internet, *mobile*, *contact center*, empresas de cobrança e atendimento pessoal), adequando os desembolsos às condições econômico-financeiras dos devedores, bem como apoia o Banco do Brasil de forma relevante no atingimento dos seus resultados. Com isso, resta atendido o princípio constitucional da Eficiência (CF/88, art. 37, caput).

Além disso, contribuímos para a recuperação da cidadania das pessoas, as quais, por razões diversas, tornaram-se inadimplentes, mas têm, nas condições oferecidas pela Companhia, a possibilidade de se reabilitarem no mercado de crédito, dispondo de nova oportunidade de acesso a recursos para a manutenção de suas atividades ou realização de novos investimentos.

As ações de investimento que compõem nosso Planejamento Estratégico e o Plano de Negócios mantêm coerência com os direcionamentos da Estratégia Corporativa do Banco do Brasil.

3.1. Metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam aos objetivos de Políticas Públicas

O Planejamento Estratégico e o Plano de Negócios, ambos previstos no artigo 16, §1º do Estatuto Social, são os instrumentos que estabelecem as diretrizes e os objetivos da Companhia.

A mensuração do resultado e a gestão de desempenho são realizadas por indicadores e metas estabelecidos anualmente pelo Conselho de Administração e aprovadas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) do Ministério da Economia.

Acompanhamos periodicamente a evolução das metas e dos indicadores, verificando a necessidade de ajustes na estratégia na persecução dos objetivos estabelecidos para o período.

A meta relativa ao desenvolvimento de atividades que atendam aos objetivos de Políticas Públicas é avaliada pelo indicador Negócios Sociais (NS), o qual, além de estar associado ao resultado da Companhia, mede o impacto social positivo gerado à sociedade, visto que a liquidação de uma operação pode significar o encerramento de um ciclo no qual a pessoa se encontrava inadimplente no mercado de crédito.

3.2. Recursos para custeio das Políticas Públicas

Os recursos para custeio de nossas ações voltadas à promoção ou ao reforço de políticas públicas advêm integralmente das atividades operacionais, com destaque para a receita gerada pela recuperação das carteiras de crédito, nos caracterizando como uma empresa não dependente de repasse governamental.

3.3. Impactos econômico-financeiros da operacionalização das Políticas Públicas

A programação da execução orçamentária da Ativos S.A. se processa conforme o Programa de Dispendios Globais (PDG), aprovado pela Diretoria Executiva, pelo Conselho de Administração e pela SEST.

3.3.1. Desempenho Econômico-Financeiro

O volume de operações recebidas de janeiro a dezembro de 2020 propiciou receitas efetivas no valor de R\$ 1.017.387 mil, resultado 24% superior ao do ano anterior, sendo o maior volume já alcançado em um exercício.

3.3.2. Desempenho dos Negócios

De janeiro a dezembro, realizamos 3 milhões de acordos, aumento de 50% em relação ao ano anterior.

3.3.3. Estrutura de Custos

Primamos pela administração rigorosa dos custos, mantendo-os em patamares compatíveis com as boas práticas de gestão, com os resultados esperados e em sintonia com as práticas do Conglomerado Banco do Brasil.

Em 2020, os custos totais representaram 69,5% das receitas, compostos por 65,9% de custos variáveis e 3,6% de custos fixos, com forte aumento da eficiência operacional.

3.3.4. Responsabilidade Social

Direcionamos nossas ações de cobrança pelo respeito aos direitos dos cidadãos, orientando as equipes de recuperação de crédito a pautarem suas ações nos estritos preceitos do Código de Defesa do Consumidor e nas demais legislações aplicáveis.

Geramos resultados compatíveis com as expectativas dos acionistas na remuneração de seus capitais, e contribuímos para a recuperação da cidadania de inúmeras pessoas que, por alguma razão, tornaram-se inadimplentes e, ao pagarem suas dívidas, podem novamente operar no mercado de crédito.

Tais resultados refletem positivamente outra esfera relevante para a sociedade: o pagamento de mais impostos e contribuições, cujo montante em 2020 foi de R\$ 200.833 mil, sendo:

	R\$ mil
IMPOSTOS APURADOS	VALORES
Imposto de Renda	(115.430)
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(41.898)
COFINS	(37.413)
PIS/PASEP	(6.080)
Outros tributos	(12)

Fonte: Demonstrações Contábeis Exercício 2020 – página 4.

Em 2020, por meio de incentivos fiscais, apoiamos 6 (seis) projetos vinculados ao Fundo para a Infância e Adolescência (FIA) e 6 (seis) projetos vinculados ao Fundo dos Direitos da Pessoa Idosa (FDPI). Também apoiamos projetos sociais de diversas regiões do país, por meio de doação de R\$ 1 milhão à Fundação Banco do Brasil (FBB). Este conjunto de ações totalizou R\$ 2.256 mil.

4. ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Possuímos estrutura de gestão de riscos, controles internos e *compliance* formalmente instituída, com papéis e responsabilidades definidas em normativos e políticas internas, alinhados ao Controlador (Banco do Brasil), mantendo a exposição ao risco compatível com nossos negócios, assegurando transparência, completude e exatidão de informações aos órgãos de controle.

Nosso modelo de gestão de riscos envolve segregação de funções, decisões em diversos níveis hierárquicos, estrutura específica de gestão de riscos, alçadas, normas e procedimentos. Este conjunto de medidas está amparado em estruturas e normativos claros e formalmente definidos, com observância das melhores práticas de mercado.

Adotamos modelo de decisões colegiadas, alinhado com políticas, diretrizes estratégicas e normativos internos; e incorporamos a gestão de riscos ao processo de tomada de decisão.

Disponibilizamos Canal de Denúncias para recepção de denúncias, inclusive anônimas, de ilícitos criminais de qualquer natureza, relacionados às nossas atividades ou de subsidiárias, ou outras informações que possam afetar quaisquer descumprimentos de dispositivos legais e normativos. O canal está disponível no site: www.ativossa.com.br.

No âmbito da Governança Corporativa, implementamos conjunto de Políticas, aprovadas pelo Conselho de Administração e que norteiam aspectos de governança e transparência. Dentre tais Políticas, disponíveis para consulta em nosso site, destacamos:

- I. A **Política de Gestão de Riscos**, com diretrizes e responsabilidades sobre o tema, em conformidade com as melhores práticas de mercado;
- II. A **Política de Governança e Transparência**, com diretrizes definidas pela Lei 13.303/2016 e em linha com as melhores práticas de mercado. Esta política foi aprovada pelo Conselho de Administração, na reunião de abril/2021, com atualizações sobre a vigente até então.

Somos reconhecidos pela gestão de riscos, conforme indicam os trabalhos realizados por órgãos de fiscalização de controles e por áreas especialistas de nosso Controlador.

5. FATORES DE RISCOS

A Política de Gestão de Riscos apresenta as diretrizes e os objetivos norteadores das atividades e da gestão de riscos aos quais estamos sujeitos: riscos de conformidade (compliance); de continuidade de negócios; de estratégia; de lavagem de dinheiro, de financiamento ao terrorismo e de corrupção ou para a integridade; de liquidez; de mercado, de reputação; de segurança da informação; operacional; e socioambiental.

Abordamos o gerenciamento de riscos com base em metodologias aderentes ao nosso porte e às características de negócios.

Adotamos diretrizes específicas para Gestão de Continuidade de Negócios para os processos-chave (críticos).

Consideramos a Governança Corporativa como premissa básica em nossas estratégias e adotamos padrões que são referência no mercado.

Estes modelos prescrevem práticas garantidoras do equilíbrio de direitos entre acionistas, a prestação de contas aos investidores, a ética no trato com os diversos públicos e a sustentabilidade dos negócios.

6. DADOS ECONÔMICOS-FINANCEIROS

O lucro líquido em 2020 foi de R\$ 309.806 mil, o que representou 34% de Retorno Sobre o Patrimônio Líquido (RSPL), correspondendo a R\$ 0,47 por ação.

No final do exercício, possuímos, em aplicações financeiras de baixo risco e liquidez imediata, o montante de R\$ 533.038 mil, sem compromisso/empréstimo financeiro.

As principais despesas e receitas em 2020 estão detalhadas nas Demonstrações Contábeis – Exercício/2020, divulgadas em nosso site.

Com base em nossos modelos orçamentários e perspectivas de mercado, projetamos crescimento contínuo para os próximos 5 anos.

6.1. Comentários sobre o desempenho operacional

Em 2020 alcançamos o melhor resultado operacional em um único exercício, fruto do resultado de um conjunto de ações implementadas e pela dedicação e empenho de nossos funcionários, colaboradores e parceiros.

Foi mantida a estratégia de buscar por melhoria da experiência do cliente, com a implementação de novos *contact center* próprios, ênfase em canais e abordagens digitais e ações específicas em relação às empresas de cobrança terceirizada. A gestão eficiente de canais contribuiu para receitas superiores ao orçado, com custos abaixo dos previstos.

A partir de março/2020, a economia passou a ser impactada pela pandemia provocada pelo Coronavírus (Covid19), impactando mais fortemente o volume de recebimentos de créditos.

A partir de maio/2020, o conjunto de medidas governamentais de apoio adotadas, combinadas com ações de diversos agentes, trouxe recuperação de nossos negócios em ritmo gradual, mas constante.

Neste contexto, foi fundamental nossa rápida adaptação ao novo cenário, destacando-se: (i) a viabilização de trabalho remoto para nosso quadro próprio; (ii) a ampliação da atuação em canais digitais, com participação em feirões on-line, lançamento de campanhas específicas e adequação de estratégias; (iii) a implementação de novos *contact centers*; (iv) a revisão das estratégias de indução das empresas de cobrança, elevando-se o resultado, mas com controle de custos; e (v) o desenvolvimento de estratégias de abordagem priorizando regiões menos afetadas pela pandemia.

Implementamos ações para maior produtividade, destacando-se: (i) revisão de alçadas de acordos negociais, reduzindo em 30% os casos submetidos ao escalão gerencial; (ii) reorganização de áreas internas, com ênfase na área comercial para maior foco em canais de recebimento, acompanhamento da qualidade do atendimento aos clientes e na atuação da subsidiária (Ativos Gestão); (iii) implementação de novas funcionalidades nos processos de contabilidade, contratos, finanças, gestão de pessoas e orçamento no sistema de gestão empresarial (sistema ERP *Enterprise Resource Planning*), reduzindo procedimentos manuais; e (iv) maior utilização de assinaturas e decisões eletrônicas.

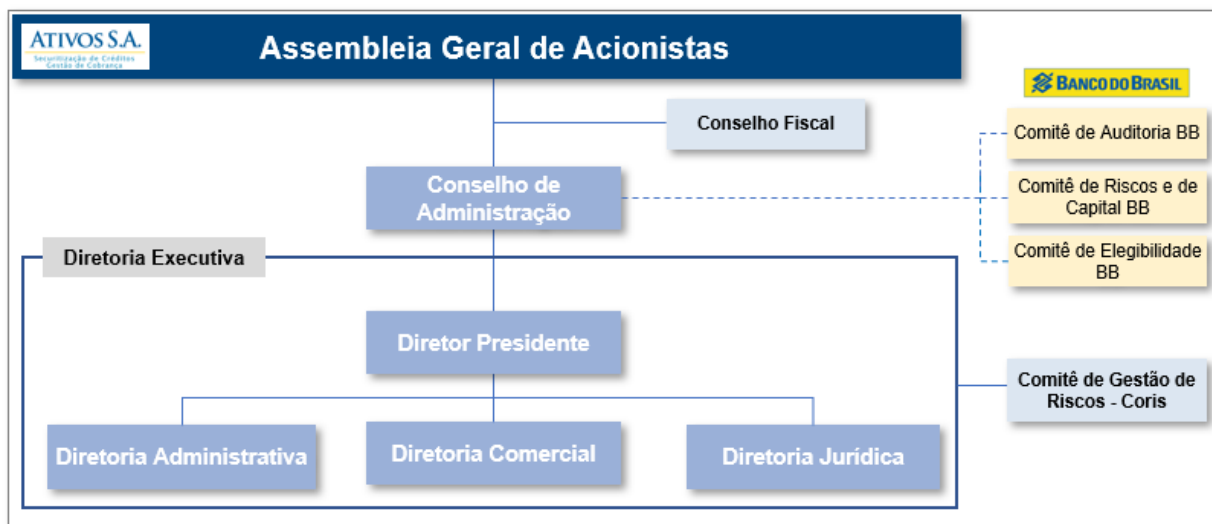
7. POLÍTICAS E PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Incorporamos as melhores práticas de mercado na elaboração de normas e políticas, em cumprimento aos requisitos da Lei das Estatais e seu Decreto regulamentador, considerando as orientações da SEST, as diretrizes da CGPAR Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União, buscando nível de excelência em governança corporativa.

7.1. Estrutura Administrativa

A estrutura administrativa está estabelecida em nosso Estatuto Social e nos regimentos internos dos órgãos de governança. É composta por Assembleia Geral de Acionistas, Conselhos de Administração e Fiscal, Diretoria Executiva e Comitê Estratégico de Gestão de Riscos, a saber:

Figura 2: Estrutura de Governança Corporativa da Ativos



São órgãos de administração da Ativos S.A., integrados por brasileiros dotados de notórios conhecimentos, inclusive sobre as melhores práticas de Governança Corporativa, experiência, idoneidade moral, reputação ilibada e capacidade técnica compatível com o cargo:

- i. o **Conselho de Administração**, que detém atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e fiscalizadoras, não abrangendo funções operacionais ou executivas. É composto por 7 membros eleitos pela Assembleia Geral, sendo: 2 indicados pelo Governo Federal; 3 indicados pelo Banco do Brasil; e 2 conselheiros independentes; e
- ii. a **Diretoria Executiva**, responsável pela administração da Ativos S.A., seguindo as diretrizes estratégicas estabelecidas pelo Conselho de Administração, com funções estabelecidas no Estatuto Social, composta por 4 membros, todos eleitos pelo Conselho de Administração, sendo um deles Diretor-Presidente.

Integram a estrutura de governança os seguintes órgãos:

- i. o **Ceris Comitê Estratégico de Gestão de Riscos**, órgão colegiado, de caráter consultivo e permanente para questões relativas à Gestão Integrada de Riscos, e que tem como objetivo a supervisão, o monitoramento do gerenciamento de riscos e o assessoramento da Diretoria Executiva, de forma a assegurar a adequada gestão dos riscos e a tomada de decisões estratégicas; e
- ii. o **Conselho Fiscal**, órgão permanente, fiscalizador e independente, responsável por fiscalizar os atos de gestão dos administradores, especialmente em relação à gestão orçamentária, financeira e patrimonial. É composto por 3 membros titulares e seus respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, sendo 2 indicados pelos acionistas e 1 indicado pelo Ministério da Economia, como representante do Tesouro Nacional.

O Conselho de Administração conta com o apoio de Comitês de Assessoramento, em regime de compartilhamento com o Controlador:

- i. **Comitê de Auditoria**, que tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no exercício de suas funções de auditoria e de fiscalização e manifestar-se sobre: (i) a qualidade das demonstrações contábeis; (ii) a efetividade do sistema de controles internos; e (iii) a efetividade das auditorias internas e independente;
- ii. **Comitê de Elegibilidade**, que tem por finalidade assessorar os Conselhos de Administração das entidades ligadas ao estabelecimento de Indicação e Sucessão de administradores; e
- iii. **Comitê de Riscos e de Capital**, cuja finalidade é assessorar o Conselho de Administração no exercício de suas funções relativas à gestão de riscos e de capital, de forma unificada, para as instituições integrantes do Conglomerado do Banco do Brasil.

Possuímos área dedicada às atividades da Secretaria de Governança Corporativa, a Secretaria Executiva - Gesec, que presta apoio administrativo às reuniões da Assembleia Geral dos Acionistas, dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva e da subsidiária.

7.2. Política de Remuneração dos Administradores

Nossa política de remuneração para administradores é regulamentada pelas Leis n.º 6.404/1976 e nº 13.303/2016 e pelo Estatuto Social, tendo por objetivo:

- i. Reforçar o compromisso com as estratégias corporativas, incrementar o resultado e reconhecer o esforço de cada administrador, proporcionalmente ao atingimento das metas;
- ii. Compatibilizar a Política de Remuneração Variável à Política de Gestão de Risco, de modo a não incentivar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos;
- iii. Contribuir diretamente para o alcance dos objetivos, pois é constituído de diversos indicadores de desempenho derivados do Planejamento Estratégico e do Plano de Negócios.

A remuneração e os demais benefícios dos integrantes dos órgãos de Administração observam as determinações legais e são fixados anualmente pela Assembleia Geral para o período de abril a março.

A composição da remuneração acompanha as práticas aplicadas pelo Banco do Brasil, bem como as regras definidas para as empresas estatais pela SEST.

A remuneração total engloba uma parte fixa, outra variável e benefícios.

A Companhia possui o Programa de RVA Remuneração Variável Anual para os membros da Diretoria Executiva, não abrangendo membros dos Conselhos de Administração e Fiscal.

O Programa de RVA visa reconhecer o esforço dos dirigentes na construção dos resultados alcançados, com base no desempenho apurado de indicadores vinculados à estratégia corporativa.

Alinhada ao interesse público e em benefício da sociedade, a remuneração variável dos administradores e dos empregados é influenciada pelo Indicador de Políticas Públicas, que reflete diretamente no percentual pago aos administradores através do Programa de RVA, além de sensibilizar o valor distribuído aos funcionários no Programa de PLR Participação nos Lucros ou Resultados.

A remuneração dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, conforme estabelece o artigo 162, §3º da Lei n.º 6.404/1976, e a Lei n.º 9.292/1996, é fixada em 10% da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores referentes aos benefícios diretos ou indiretos, sendo vedado o pagamento de participação, de qualquer espécie, nos lucros da Companhia.

Em atendimento à Lei n.º 13.303/2016 e ao Decreto n.º 8.945/2016, a tabela a seguir traz o valor global anual da remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva.

As informações não são individualizadas, pois possuem natureza estratégica e, portanto, encontram-se sujeitas ao sigilo empresarial, de fonte constitucional, como decorrência da preservação da intimidade assegurada pelo art. 5º, inciso X, da Constituição Federal.

Tabela 1: Remuneração dos Administradores em 2020¹

	R\$		
ÓRGÃO	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Executiva
Nº de membros remunerados	7	3	4
i) Remuneração Fixa Anual:			
Salário ou pró-labore	334.519,92	143.365,68	1.932.304,12
Benefícios Diretos e Indiretos	não há	não há	1.185.222,94
Remuneração por participação em comitês	não há	não há	não há
Outros	não há	não há	não há
ii) Remuneração Variável:			
Bônus	não há	não há	não há
Participação nos Resultados	não há	não há	702.466,24
Comissões	não há	não há	não há
Outros	não há	não há	não há
(iii) Benefícios Pós-emprego	não há	não há	não há
(iv) Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	não há	não há	não há
(v) Remuneração baseada em ações	não há	não há	não há

(1) **Fonte:** Dados da Cia. (DRA abril/2020 a março/2021).

Os valores para o exercício 2020/2021 foram aprovados pela Assembleia Geral de 30.04.2020. O pagamento da RVA ocorre em pecúnia e em ações do Controlador (BBAS3), com 60% à vista, composto por 50% em pecúnia e 10% em ações; e os 40% restantes em ações, diferidos em 4 (quatro) anos. O pagamento da parcela diferida está sujeito a reversão em caso de redução de 20% ou mais no resultado da Companhia.

O efetivo pagamento de cada parcela da RVA, a ser realizado após a distribuição dos dividendos, fica condicionado à disponibilidade financeira e às regras estabelecidas, sendo vedada a contratação de empréstimo para seu pagamento.

8. OUTRAS INFORMAÇÕES

8.1. Composição Acionária

Somos uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 31/10/2002, atualmente com capital social formado pelo BB Banco de Investimento S.A. (BB BI), com 49% das ações ordinárias e 100% das ações Preferenciais, e pelo BB Cayman Islands Holding (BB CI), com 51% das ações ordinárias.

A composição acionária da Ativos S.A. em 31/12/2020 é representada pela figura 3:

Figura 3: Composição acionária (%)



MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Ativos S.A. declara que aprovou nesta data a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, referente ao exercício de 2020, atendendo ao inciso I do art. 8 da Lei nº 13.303, de 30.06.2016.

Em 25 de maio de 2021.

Ronaldo Simon Ferreira
Presidente do Conselho

Daniel Alves Maria
Vice-Presidente do Conselho

Álvaro Schwerz Tosetto
Conselheiro

André de Souza Monteiro
Conselheiro

Bruno Silva Dalcolmo
Conselheiro

José Alípio dos Santos
Conselheiro

Paulo César Simplício da Silva
Conselheiro